

## AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO EM RONDÔNIA, UMA DISTINÇÃO NECESSÁRIA

*Family farming and agribusiness in Rondônia, a needful distinction*

*Agricultura familiar y agronegocio en Rondônia, una distinción necesaria*

Tiago Roberto Silva Santos<sup>1</sup>

### RESUMO

A agricultura familiar e o agronegócio são comumente confundidos quando se fala dos setores envolvendo o espaço agrário. A constituição desse espaço é formada por atuações dialéticas entre famílias que usam a terra para viver e sobreviver, enquanto o agronegócio usa a terra para produção de commodities destinadas à exportação e acúmulo de capital. Este cenário se configura também em Rondônia, onde a agricultura familiar é bastante presente, mas constantemente caracterizada como integrante do agronegócio. Diante disso, o objetivo deste trabalho é apresentar, as diferenças teórico-conceituais entre os dois grupos, além de evidenciar a importância do reconhecimento dos agentes que realizam suas práticas e não generalizando toda a produção do campo como sendo agronegócio. Os procedimentos metodológicos adotados foram apenas um levantamento bibliográfico e de dados sobre a temática. Por fim, entendemos que a valorização e reconhecimento da agricultura familiar e as produções em seus respectivos circuitos produtivos, contribuem para o desenvolvimento socioeconômico regional.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Agronegócio; Circuito espacial de produção;

### ABSTRACT

Family farming and Agribusiness are commonly confused one with the other when it comes to the field of agrarian. A family or different families and yours members, who produce your own subsistence and non-market activities and, stablish the closer relationship with the land and environment, form the family farming. On the other hand, agribusiness uses the land to produce and export commodities on a large scale, with the main goal, high capitalization. In Rondônia a Brazilian State, this scenario is also configured, where family farming is quite common, but constantly characterized as part of agribusiness. Given this, the main aim of this paper is to show the theoretical-conceptual differences between the two groups, Family farming and Agribusiness, in addition, to highlight the pivotal role of recognizing the agents who carry out their practices and emphasize that not all land production is Agribusiness. For this, an in-depth bibliographic survey was carried out to collect the data. Finally, we understand that family and your farm are linked and, because of this are necessary the appreciation and recognition of Family farming and that your production contributes to regional socio-economic-environmental development.

**Keywords:** Family farming; Agribusiness; Spatial production circuit.

### RESUMO

La agricultura familiar y el agronegocio se confunden comúnmente cuando se habla de sectores que involucran el espacio agrario. La constitución de este espacio está formada por acciones dialécticas entre familias que utilizan la tierra para vivir y sobrevivir, mientras que el agronegocio utiliza la tierra para la producción de mercancías destinadas a la exportación y la acumulación de capital. Este escenario también se configura en Rondônia, donde la agricultura familiar está muy presente, pero constantemente

<sup>1</sup>Instituto Federal de Rondônia (IFRO). E-mail: tirob@hotmail.com

caracterizada como parte integral del agronegocio. Por lo tanto, el objetivo de este trabajo es presentar las diferencias teórico-conceptuales entre los dos grupos, además de evidenciar la importancia del reconocimiento a los agentes que realizan sus prácticas y no generalizando toda la producción de esta esfera como agronegocio. Los procedimientos metodológicos adoptados fueron sólo una búsqueda bibliográfica y de datos sobre el tema. Finalmente, entendemos que la valorización y reconocimiento de la agricultura familiar y las producciones en sus respectivos circuitos productivos contribuyen al desarrollo socioeconómico regional.

**Palabras-clave:** Agricultura familiar; Agronegocio; Circuito de producción espacial.

## INTRODUÇÃO

Antes de iniciar esse trabalho, exorto ao leitor que as informações aqui apresentadas são resultantes de um processo inicial de pesquisa, ou seja, trata-se de notas iniciais com resultados ainda não tão aprofundados sobre a temática. Apesar disso, entendo ser importante destacar a relevância da temática envolvendo a agricultura familiar e o agronegócio em Rondônia.

A produção do espaço geográfico se dá através do homem agindo sobre a natureza, transformando o meio através de suas técnicas e ações. Dessa forma, segundo Santos (2012), o espaço é um híbrido de objetos e ações.

O espaço produzido promove relações sociais, econômicas e culturais, que devem ser analisados a partir de uma totalidade, onde tudo está contido no espaço, da mesma forma que o espaço está contido nestes (SANTOS, 2014). Esta organização espacial é resultante de diversos agentes, que de formas complementares ou contraditórias constituem as formas de uso do território.

No que se refere ao meio agrário, ele está constituído por grupos que divergem na forma de uso do espaço, sendo principalmente dois tipos: o agronegócio, que se caracteriza pela produção especializada, normalmente monocultura, e voltada para produção em larga escala para exportação (SAUER, 2008); e a agricultura familiar, que tem como foco a produção pela família, sendo esta residente na propriedade, podendo estar vinculada ao mercado, mas voltada à subsistência da família através da diversidade produzida (VEIGA, 1996).

Em Rondônia, o espaço agrário apresenta os dois tipos apontados anteriormente, sendo que o agronegócio se caracteriza principalmente pela produção de grãos e pecuária, enquanto a agricultura familiar tem grande diversidade, com destaque para café, mandioca, fruticultura e pecuária leiteira. A agricultura familiar sempre esteve presente na região, sobretudo através de práticas extrativistas e de subsistência. Porém, a partir da década de 1970, com os projetos de

políticas territoriais do governo federal, houve intenso avanço da fronteira agrícola sobre a Amazônia rondoniense, com grande fluxo migratório de famílias oriundas do Centro-Sul do país, criando um espaço técnico (SILVA, 2016; SANTOS, 2017).

A distribuição de terras para as famílias contribuiu para a formação de uma agricultura familiar forte no estado de Rondônia, com diversidade produtiva, apesar do predomínio de algumas produções, como o caso do café. Foi com essa base familiar no campo que o espaço rondoniense se expandiu para as relações comerciais em escala nacional, estando interligado ao circuito produtivo do café, principalmente (SANTOS, 2017).

Apesar da importância da agricultura familiar no processo de formação do espaço estadual, atualmente o agronegócio tem atraído as atenções do poder público e da sociedade em geral, inclusive apontando importantes atividades praticadas pela agricultura familiar como práticas do agronegócio. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar diferenças teórico-conceituais na prática desenvolvida pela agricultura familiar e o agronegócio, tanto no que se produz, como na relevância socioeconômica para o desenvolvimento do estado de Rondônia. Além disso, buscamos evidenciar a importância do reconhecimento das práticas familiares, até mesmo formando circuitos produtivos ligados à lógica do mercado.

Com a importância já apontada sobre a agricultura familiar, defendemos que o trabalho se justifica por demonstrar relevância social e econômica, em que o fortalecimento da produção em pequenas propriedades podem resultar no desenvolvimento regional, proporcionando também maior possibilidade de resistência às influências externas do capital.

A partir disso, este trabalho está estruturado em duas partes, além da introdução e da conclusão. A primeira corresponde aos materiais e métodos, onde demonstro a corrente metodológica adotada no desenvolvimento do trabalho e os procedimentos. A segunda parte, resultados e discussão, apresento os resultados iniciais do levantamento bibliográfico e de dados sobre a temática, seguindo a seguinte sequência:

- Diferenciação do agronegócio para a agricultura familiar;
- Caráter plural da produção familiar e sua relação ao mercado;
- Possibilidade de participação em circuitos espaciais produtivos pela agricultura familiar;
- Contribuição da agricultura familiar na formação socioespacial de Rondônia;
- Produção em destaque da agricultura familiar em Rondônia;

## MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi utilizado uma abordagem crítica, pautada no método dialético, em que Sposito (2004) aponta que “no método dialético o sujeito se constrói e se transforma *vis-à-vis* o objeto e vice-versa. Nesse caso, teremos as antíteses e as teses em constante contradição e movimento” (p. 46 *grifo do autor*). Em nosso entendimento, este método melhor se aplica devido o objetivo do trabalho, de mostrar que as atividades familiares, mesmo se tratando de uma relação não-capitalista de produção, pode estar inserida à lógica do mercado, inclusive contribuindo para o desenvolvimento regional e justamente servindo como resistência territorial por parte desses.

Dentro dessa abordagem dialética, pautamo-nos na relação da agricultura familiar com a organização espacial de Rondônia, tendo como base a teoria Miltoniana, buscando a compreensão do espaço, através das relações socioespaciais. Uma das análises realizadas, mesmo que ainda de forma inicial, é a formação dos circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação (SANTOS, 1994, 2014; CASTILLO e FREDERICO, 2010), que são categorias de análise do espaço que vivemos, permitindo compreender como organizam-se as atividades desde a produção até o consumo. Neste caso, para este trabalho, apenas abordamos de forma teórica o processo de formação desses circuitos em torno da agricultura familiar e a sua importância se comparada ao agronegócio

A partir disso, para o desenvolvimento do trabalho, foi utilizado como base metodológica a revisão bibliográfica e de dados, onde procurou-se definir os marcos que diferenciam a agricultura familiar do agronegócio; os fatores e condições que permearam todo o contexto histórico da colonização e formação socioespacial de Rondônia; a importância dos circuitos espaciais de produção na formação dos espaços produtivos; e por fim, a relevância da agricultura familiar na organização socioespacial.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pensar o espaço rural remete ao entendimento da forma como este está organizado, levando em consideração, principalmente, a estrutura agrária e a organização social no uso do território. Assim, tradicionalmente, pensamos o espaço agrário sendo utilizado de duas formas,

pelo agronegócio (agricultura patronal) e pela agricultura familiar (VEIGA, 1997; BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003; ALTAFIN, 2007; SAUER, 2008).

Segundo Sauer (2008)

o uso corrente do termo “agronegócio”, no Brasil, expressa – ou deseja expressar – as atividades agropecuárias que utilizam técnicas de produção intensiva (mecanização e química) e de escala, o que gera aumento da produção e da produtividade (SAUER, 2008, p. 16).

Nesse sentido, o agronegócio, historicamente recebeu um papel de destaque na estrutura agrária brasileira e voltou-se principalmente para as atividades de exportação de *commodities*, por se tratarem de atividades em larga escala. Por outro lado, a agricultura familiar, apesar de representar a maioria dos estabelecimentos rurais, sempre foi tratada com um papel secundário, sendo apontados como pequenos produtores, produtores de baixa renda ou apenas produção de subsistência (ABRAMOVAY, 1997; HESPANHOL; COSTA, 2002).

Apesar desse tratamento recebido pela agricultura familiar, este grupo apresenta um importante papel produtivo, pois devido a sua diversidade, tem capacidade de abastecer o mercado interno e ser comercial (VEIGA, 1996).

Diante deste cenário, entendemos ser necessário destacar que apesar de reconhecermos as diversas vertentes sobre a definição conceitual da agricultura familiar, abordamos aquela apontada por Wanderley (1999) que entende o campesinato como uma das formas de agricultura familiar, e que, mesmo aqueles produtores mais modernizados e ligados ao mercado, ainda guardam traços do campesinato. Ou seja, esses agricultores não são um novo grupo que não obtém relação histórica com o campesinato, como aponta Abramovay (1992), mas são resultantes de uma inclusão de políticas públicas e de integração ao mercado, podendo ou não se especializar em algumas atividades específicas.

No Brasil, a valorização dos pequenos produtores com importância econômica e social passou a ocorrer apenas na década de 1990, com a afirmação política do termo “agricultura familiar” e a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), além dos assentamentos rurais com a reforma agrária resultantes dos movimentos sociais (WANDERLEY, 2000; SCHNEIDER e CASSOL, 2013).

Outro importante fator que contribuiu para o fortalecimento da agricultura familiar, foi a aprovação da lei 11.326 de 24 de julho de 2006, que define as atividades que se encaixam nesse grupo. Com base no artigo 3º, considera-se agricultor familiar:

- I – Não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais;
- II – Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas de seu estabelecimento;

III – Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades desenvolvidas em seu estabelecimento;

IV – Dirija seu estabelecimento com sua família. A lei ainda define que silvicultores, aquicultores, extrativistas (exceto garimpeiros e fiscadores), pescadores artesanais, povos indígenas, remanescentes de quilombos rurais e povos tradicionais também são caracterizados como agricultores familiares (BRASIL, 2006).

A partir da definição por lei do que se entende por agricultura familiar, foi possível também demonstrar maior representatividade desse grupo na produção agrária do país, com a apresentação dos dados no Censo Agropecuário de 2006, que por sinal foi o primeiro e único a categorizar os produtores familiares. Diante das informações apresentadas, é possível confirmar o que Veiga (1997) aponta sobre um mito da superioridade econômica dos latifundiários, conforme demonstram as informações da tabela 1.

**Tabela 1** – Total de estabelecimentos rurais, área total ocupada e valor total da produção por tipo de propriedade no Brasil (2006)

	Total de estab.	Estab. (%)	Área total de estab. (ha)	Área (%)	Valor bruto da produção (Mil R\$)	Produção (%)	Valor da produção/ha (R\$)
<b>Agricultura Familiar</b>	4.555.855	88	106.788.460	32	59.222.203	36,2	554,00
<b>Agricultura Patronal</b>	623.781	12	226.891.577	68	104.764.092	63,8	461,00

Fonte: IBGE, 2006

Percebe-se com base nos dados apresentados que a agricultura familiar corresponde a 88% dos estabelecimentos rurais, ocupando apenas 32% da área total, o que nos demonstra a grande concentração fundiária, resultado do contexto histórico brasileiro que sempre incentivou os latifúndios. Outra informação bastante relevante demonstrada na tabela é o valor da produção por hectare, que nos mostra que a rentabilidade conseguida pelos produtores familiares é maior do que a agricultura patronal, sendo que os primeiros produzem R\$554,00/ha, enquanto os segundos produzem uma média de R\$461,00/ha.

Esta maior produtividade alcançada pelos pequenos produtores é fruto da policultura praticada por esses grupos, que produzem voltados para a subsistência e também para o mercado. Segundo Schneider (2003), o desenvolvimento do capital no campo, apontado por Kautsky (1980), tende a subordinar os pequenos agricultores à indústria, e como consequência disso, para não ser

expulso do campo, esses produtores precisam buscar novas atividades, que Schneider trata de pluriatividade, sendo ela relacionada ou não a agricultura.

Schneider e Cassol (2017), esclarecem que a agricultura familiar e sua heterogeneidade representam o fortalecimento desse setor, visto que diferente do que se apontava nas décadas de 1960/1970, é justamente a diversidade econômica gerada por esse grupo social que contribui para o desenvolvimento local, demonstrando também sua capacidade de reprodução socioespacial.

Apesar dessa pluralidade da atividade familiar no campo, as forças econômicas muitas vezes se impõem sobre o desenvolvimento de sua atividade, e isso interfere na organização do lugar em que a produção está inserida, conforme Santos (2014) aponta.

Cada lugar, ademais, tem, a cada momento, um papel próprio no processo produtivo. Este, como se sabe, é formado de produção propriamente dita, circulação, distribuição e consumo.

Só a produção propriamente dita tem relação direta com o lugar L e dele adquire uma parcela das condições de sua realização. O estudo de um sistema produtivo deve levar isso em conta, seja ele do domínio agrícola ou industrial. Mas os demais processos se dão segundo um jogo de fatores que interessa a todas as outras frações do espaço. Por isso mesmo, aliás, o próprio *processo direto da produção* é afetado pelos demais (circulação, distribuição e consumo), justificando as mudanças de localização dos estabelecimentos produtivos (SANTOS, 2014, p. 13-14, *grifo do autor*).

Partindo dessa lógica apontada por Santos, entendemos que a agricultura familiar, em sua atividade produtiva, atua quase sempre inserida em uma lógica que está além de suas possibilidades de interferência, sendo esse grupo participante do mercado, mesmo que com a busca de sua sobrevivência, pois não produz apenas para o consumo, mas também para comercialização, o que não lhe tira o caráter familiar de produção.

Nestes casos, em que a agricultura familiar se aproxima da lógica do mercado, acaba sendo inserida a uma forma de especialização, o que não exclui a policultura, porém com o predomínio de alguma atividade específica, participando, inclusive, de alguns circuitos produtivos. Esse processo é resultante também da subordinação desse grupo aos interesses do capital, que sujeita o pequeno produtor à sua lógica.

Diante da criação de uma produção especializada, o espaço passa a se transformar para atender ao mercado, incorporando novos aparatos técnicos e objetos que possibilitam o fluxo, contribuindo para a formação de circuitos produtivos. Contudo para compreender estes usos do espaço, principalmente no aspecto produtivo, Santos (1994) entende que,

Com a crescente especialização regional, com os inúmeros fluxos de todos os tipos, intensidades e direções, temos que falar de *circuitos espaciais de produção*. Estes seriam as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final. (SANTOS, 1994, p. 49, *grifo nosso*)

Dessa forma, os circuitos permitem melhor compreensão do espaço, levando em conta uma visão totalizante que vai desde a produção, passando pela circulação e chegando até o consumo. Castillo e Frederico (2010) apontam que o conceito de circuito espacial de produção e círculos de cooperação no espaço são fundamentais para compreender as especializações regionais, a divisão territorial do trabalho e também os movimentos da produção. Assim, a análise do circuito espacial de produção não se dá sozinha, ela vem acompanhada dos círculos de cooperação, que promovem a conexão entre as várias etapas da produção e os mais variados agentes e lugares envolvidos no processo (CASTILLO; FREDERICO, 2010).

Nesse sentido, essa especialização e a introdução do capital é fruto das possibilidades de inserção dos agricultores familiares à lógica global, que foi possível graças a criação do PRONAF e as políticas públicas de fortalecimento desse grupo.

É cada vez maior o interesse do capital globalizado na transformação de novos territórios à sua lógica, sobretudo atraindo esses agricultores nas áreas de fronteira agrícola, como o caso da Amazônia, onde através de frentes pioneiras o capital avança sobre a floresta, impondo suas lógicas produtivas e promovendo grandes transformações territoriais (SILVA, 2015), incorporando objetos ao espaço, permitindo assim a formação de circuitos espaciais de produção na região amazônica, rompendo com os padrões tradicionais de subsistência da população dessa região.

O Estado de Rondônia é um exemplo deste avanço de interesses do capital sobre a Amazônia promovendo grandes transformações. Assim, o espaço rondoniense é composto por grande miscigenação cultural e de interesses econômicos no uso do território. Isso se dá diante das políticas territoriais desenvolvidas pelo governo federal, a partir da década de 1970, incentivando um grande fluxo migratório para a região, como forma de ampliar a ocupação desta área, além de diminuir os conflitos por terras na região Centro-Sul do país. (SILVA, 2016)

Este projeto de colonização promoveu uma ruptura socioespacial em Rondônia, causando acelerada transformação ambiental e social neste território. Trata-se de uma transição de um meio natural para um meio técnico (SANTOS, 1994; 2012), ou seja, as práticas até então predominantes eram extrativistas e de subsistência, havendo uma transição para a incorporação de aparatos técnicos, derrubando a floresta ali existente e dividindo lotes para a produção agropecuária tradicional dos agricultores familiares vindos do sul do país, causando grande desmatamento, além do choque com civilizações indígenas. Dessa forma, o poder do capital internacional e os interesses do governo federal foram decisivos para a ocupação e ligação desta região às lógicas de produção



de mercado, não sendo levado em conta, os interesses dos povos que ali já viviam e faziam o uso do território.

Portanto, o processo de ocupação de Rondônia demonstra o que Santos (2012) aponta em relação ao uso do território em conseguir produzir novos espaços, pois, com a abertura de terras para produção agropecuária em meio a floresta até então utilizada com fins extrativistas, criou-se espaços novos na dinâmica socioeconômica e produtiva.

Nessa perspectiva, toda ação estatal que objetiva a produção de determinado espaço dialeticamente produz suas contradições territoriais, acarretando uma série de situações geográficas até então estranhas ao cotidiano modificado. Desse modo, algumas questões emergem no conjunto social como problemáticas eminentemente territoriais derivadas das transformações objetivamente operadas pelo o Estado, somada a outras situações não previstas que terminam por permear o meio geográfico, instaurando processos estranhos ao espaço vivido. (SILVA, 2016, p. 3)

O espaço geográfico rondoniense passou por essa transição, tendo incorporado ao seu território objetos até então estranhos no local e que permitiram a vivência de uma nova dinâmica socioeconômica, voltada para a produção agropecuária e ligada inicialmente ao mercado regional.

Silva (2016) aponta que “a produção agrícola, o crescimento da pecuária e a extração de madeira formaram os principais produtos do espaço produzido, servindo de alicerce para a sociabilidade capitalista no interior da floresta amazônica” (p. 6). Formou-se assim, um espaço com forte predominância do setor agropecuário, formado com diversos integrantes, desde povos tradicionais indígenas, quilombolas e ribeirinhos, com atividades predominantemente de subsistência, passando por agricultores familiares com produções tanto para consumo, como para o comércio, e por fim, atividades ligadas ao grande capital, com madeireiros e pecuaristas, e mais recentemente a produção de grãos.

Atualmente o agronegócio em Rondônia está envolvido com as seguintes atividades agropecuárias: soja, milho, arroz e pecuária de corte. Por outro lado, a agricultura familiar é responsável por toda a grande diversidade de produção, como: café, mandioca, frutas, pecuária leiteira e a pecuária de cria, piscicultura, dentre outras. Essa participação com grande diversidade resulta em um valor bruto de produção (VBP) maior na agricultura familiar (R\$ 1.657.844 mil), do que no agronegócio (R\$ 1.393.036 mil), em relação a produção agrícola (IBGE, 2018).

Os dados apresentados esclarecem a importância da agricultura familiar na composição do PIB estadual, correspondendo a mais da metade do total produzido, inclusive, com algumas atividades em destaque, como o café e a mandioca criando circuitos produtivos de importante relevância para o desenvolvimento regional.

Além do destaque com a produção agrícola de café e mandioca, a agricultura familiar tem relevante participação na pecuária em Rondônia, tanto na pecuária bovina de corte, como a pecuária leiteira, conforme mostram os dados da tabela 2.

**Tabela 2** – Participação da agricultura familiar e não-familiar na pecuária bovina e de leite em Rondônia (2017)

	Estabelecimentos com gado	Número de cabeças de gado	Estabelecimentos com gado leiteiro	Vacas ordenhadas	Leite produzido (mil litros)
Agricultura Familiar	59.738	4.862.134	35.376	521.960	792.494
Agricultura não-familiar	13.117	4.964.883	3.992	66.257	107.487
Total	72.855	9.827.017	39.368	588.217	899.981

**Fonte:** IBGE (2017)

Temos, portanto, a partir dos dados apresentados, uma importante demonstração da capacidade produtiva da agricultura familiar em Rondônia, em que, mesmo com estabelecimentos menores, apresentam um efetivo bovino similar à produção não-familiar. Além disso, quando se trata da produção leiteira, os números da agricultura familiar são bastante superiores aos dados da agricultura não-familiar. Neste caso, a pecuária leiteira demanda uma mão de obra muito constante e que apesar de já existir aparatos técnicos para sua ordenha, normalmente acaba sendo um trabalho mais manual e que acaba envolvendo todos os membros da família.

O fortalecimento dessa agricultura familiar passa pela existência de programas como o PRONAF e o PAA, além de outros programas do governo federal. O Estado de Rondônia também tem criado algumas políticas públicas em relação a efetivação de algumas atividades historicamente desenvolvidas por pequenos produtores, como o caso do café, psicultura e leite, facilmente identificados ao acessar o site da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária (SEAGRI).

A participação do Estado nas políticas públicas para a agricultura familiar em Rondônia, segue as características identificadas no paradigma do capitalismo agrário, conforme aponta Fernandes (2014), que inclui em uma mesma lógica as relações de trabalho capitalistas e não-capitalistas, ou seja, não diferencia o trabalho familiar do agronegócio, tratando tudo como se fosse agronegócio.

Por fim, a agricultura familiar tem proporcionado grande diversidade de estudos sobre a sua importância e relevância para o desenvolvimento regional, diante disso, mostrou-se neste

levantamento, alguns autores que propõe estudar esse grupo que se destaca no meio rural com sua pluriatividade, além disso, buscou-se demonstrar como esta atividade está organizada em Rondônia e que tem formado alguns circuitos produtivos que podem estar contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico, mas que precisam ser reconhecidos como atividades de famílias e não confundidos com o agronegócio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir este trabalho é muito difícil, pois ainda se trata de um trabalho fruto de um início de pesquisa, que resultará em breve em uma tese de doutorado. Apesar desse início de pesquisa, já é possível apresentar alguns direcionamentos para o decorrer da mesma.

Feito essa primeira ressalva, penso ser necessário nestas considerações finais, trazer algumas reflexões que nos possibilitem avançar nas interpretações de como o espaço agrário rondoniense tem se constituído, seja pelos agentes produtivos, seja pelos agentes do círculo de cooperação, seja pelos agentes do capital.

Destacamos, portanto, que a agricultura camponesa de subsistência já estava presente em Rondônia antes mesmo dos projetos de colonização promovidos pelo INCRA, através dos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros e camponeses amazônicos. Neste sentido, com as políticas de avanço territorial adotadas pelo governo militar, houve um acelerado incremento de uma nova dinâmica territorial, com a chegada de agricultores familiares já acostumados com a forma de produção e ligação ao mercado, característicos do Centro-sul brasileiro.

Esse fluxo migratório e a grande transformação espacial, com incremento de novos objetos técnicos, resultou em um avanço do capital sobre a região, incorporando novos territórios à lógica do mercado capitalista e promovendo especializações produtivas, mesmo entre os agricultores familiares. Aqui entra um aspecto muito importante para reflexões, além da busca de maior aprofundamento teórico-prático sobre a temática, pois precisamos ainda compreender como estão estruturados os circuitos espaciais de produção dessa agricultura familiar, buscando entender quais os agentes que atuam nesses circuitos e a abrangência deles.

O que podemos fazer algum apontamento mais conclusivo, mesmo neste trabalho inicial, é sobre como os agentes políticos e do capital atuam na cooptação do produto da agricultura familiar, para valorizar e exaltar o agronegócio. Pois, é a partir da inclusão dos dados da agricultura familiar, como se fosse uma produção do “agro”, que se forma uma psicofera do agronegócio em

Rondônia, induzindo e convencendo, até mesmo alguns agricultores familiares, de que eles fazem parte desse mercado capitalista.

Portanto, torna-se fundamental, aprofundar esse estudo e contribuir com a valorização da agricultura familiar, pois é ela que proporciona o avanço do desenvolvimento socioeconômico e cultural regional, além de ser uma demonstração de resistência local a esta lógica contraditória do mercado de homogeneizar e ao mesmo especializar os territórios aos seus interesses. É a agricultura familiar que contribui para uma soberania alimentar.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: HUCITEC, 1992.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e o uso do solo. In: *São Paulo em Perspectiva*, vol. 11, n. 2, abr./jun. 1997, p. 73-78. Disponível em: <<https://goo.gl/MZ9hTq>> Acesso em: 30 de set. de 2020.

ALTAFIN, I. *Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar*. 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/yoKW1K>> Acesso em: 30 de set. de 2020.

BRASIL, Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*, Brasília, seção 1, p. 1, 25 de jul. de 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/oMOF7b>> Acesso em: 10 de dez. de 2019.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. In: *Sociologias*, ano 5, n. 10, Porto Alegre, jul./dez. 2003. p. 312 – 347. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18723.pdf>> Acesso em: 08 de set. de 2017.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. In: *Sociedade & Natureza*, n.3, v. 22, Uberlândia, dez. 2010, p. 461-474. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/11336>> Acesso em: 18 de ago. de 2015.

FERNANDES, B. M. Questão agrária e capitalismo agrário: o debate paradigmático de modelos de desenvolvimento para o campo. In: *Revista da reforma agrária*, v.1, n. 2, Campinas, out. 2014.

HESPANHOL, R. A. de M.; COSTA, V. M. H. de M. Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente – SP. In: GERARDI, L. H. de O.; MENDES, I. A. (org.) *Do natural, do Social e suas interações: visões geográficas*. Rio Claro: UNESP, 2002, p. 157-172.

IBGE. **SIDRA**, Censo Agropecuário, 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo1.asp?e=v&t=1&p=CA&z=t&o=3>> Acesso em: 02/10/2017.

- IBGE. SIDRA, Censo Agropecuário, 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6912#resultado>> Acesso em: 04/10/2021.
- IBGE. **SIDRA**, Pesquisa Agrícola Municipal, 2018. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457>> Acesso em: 01/12/2019.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta, 1980.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3º ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, Razão e emoção**. 4º ed. 7º reimp. São Paulo: EDUSP, 2012.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. 5º ed. 2º reimp. São Paulo: EDUSP, 2014.
- SANTOS, T. R. S. Cafeicultura em Rondônia: modernização e subordinação ao mercado. In: Encontro Nacional da ANPEGE, 12, 2017, Porto Alegre. **Anais...** ENANPEGE, p. 13765 – 13776, 2017. Disponível em: <[www.enanpege.ggf.br/2017](http://www.enanpege.ggf.br/2017)> Acesso em: 26/10/2019.
- SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília: EMBRAPA, 2008.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99 – 121, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>> Acesso em: 20/09/2019.
- SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **A agricultura familiar no Brasil**. Serie Documentos de Trabajo N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp: Santiago. Set. 2013.
- SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.
- SILVA, R. G. da C. Agentes, procesos y conflictos en la gestión territorial en el estado de Rondônia (Brasil). **Polis**, Santiago, v. 15, n. 45, 2016. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/polis/12179>> Acesso em: 03/10/2019.
- SILVA, R. G. da C. Amazônia Globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. **Confins** [Online], n. 23, 2015. Disponível em: <<https://confins.revues.org/9949>> Acesso em: 15/03/2020.
- SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.
- VEIGA, J. E. Política agrícola diferenciada. In: TEIXEIRA, E. C.; VIEIRA, W. C. (org.) **Reforma da Política Agrícola e Abertura Econômica**, Viçosa: IFV-FAPEMIG, 1996, p. 31-47.
- VEIGA, J. E. A opção pela agricultura familiar. In: **Indicadores Econômicos FEE**, v. 25, n. 3, 1997, p. 127-146. Disponível em: <<https://goo.gl/PZvtkN>> Acesso em: 20/09/2020.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

Agricultura familiar e agronegócio em Rondônia, uma distinção necessária  
*Tiago Roberto Silva Santos*

WANDERLEY, M. N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, UFPR, n. 2, jul./dez. 2000, p. 29-37.

**Recebido em:** 28 de outubro de 2021

**Aceito em:** 16 de dezembro de 2021